RESUMO EXECUTIVO

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, comunicou no dia 27 de dezembro de 2011 que vai mudar o regime de tributação para a importação de produtos têxteis do atual *ad valorem*, em que no imposto de importação é cobrado um percentual sobre o valor do produto, para o regime *ad rem,* em que a tributação é específica para cada produto, independente de seu preço.

Com essa alteração o governo brasileiro pretende adotar uma classificação em que cada produto terá um tributo fixo de importação, independente do preço de faturamento. A informação é de que o projeto de lei já foi aprovado e depende agora de uma autorização da Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo espera que a OMC conceda uma salvaguarda provisória em até três meses. Dessa forma, em março de 2012 o Brasil poderá alterar a forma de tributar os produtos têxteis e de vestuário importados.

Para o empresário brasileiro a notícia é bem-vinda e cria boas expectativas para 2012, já que o ano que passou foi difícil por causa do crescimento agressivo da concorrência de produtos internacionais têxteis e do vestuário frente aos produzidos no País. Os problemas de infraestrutura, que elevam os custos de transporte das mercadorias, também prejudicaram a competitividade. O impacto negativo das questões tributárias e a atual política cambial igualmente não ajudaram.

Houve ainda o impacto negativo nos custos de matéria-prima com a variação do preço do algodão, dificultando a capacidade de concorrer com os produtos do exterior. Os juros altos afetaram o acesso a recursos para giro e investimento das empresas brasileiras do setor que reduziram a capacidade de consumo e de endividamento das empresas, o que levou a menores investimentos.

Mais uma vez fica o alerta para a importância de união do setor, por meio das empresas, das entidades e do governo brasileiro para fortalecer o mercado interno e impedir que empresas internacionais ocupem espaços e ganhem ainda mais espaço. Sem dúvida, há oportunidades, ameaças e alternativas que devem ser levadas em consideração, algumas apontadas neste relatório.

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

Distribuição e informações:
SEBRAE Santa Catarina
Endereço: Av. Rio Branco, 611
Telefone : 0800 570 0800
Bairro : Centro Cep : 88015203 – Florianópolis – SC
Internet: http:// www.sebrae-sc.com.br/sis

Sistema de Inteligência Setorial

SEBRAE
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Santa Catarina

Vestuário

MUDANÇA NO REGIME TRIBUTÁRIO DA IMPORTAÇÃO DE TÊXTEIS: LUZ NO FIM DO TÚNEL?

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA SINTÉTICO

Setor:

VESTUÁRIO

Autor:

Maria Gorete Hoffmann

Coordenadora de Pesquisa:

Pollyne Marcondes

Pesquisador:

Camila Meneghetti

Revisão:

Rosângela Longhi

Janeiro de 2012



Tópicos-Chave

- **Mudança do Sistema Tributário para o vestuário importado;**
- **Comportamento da atividade do vestuário;**
- **Expectativas da atividade econômica do vestuário.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5
O QUE O VESTUÁRIO ENFRENTOU EM 2011 5
MUDANÇA DO REGIME TRIBUTÁRIO PARA A IMPORTAÇÃO 6
OPORTUNIDADES, AMEAÇAS E ALTERNATIVAS 7
ANÁLISE DA PROPOSTA 7
FONTE 9

INTRODUÇÃO

A atividade têxtil e de vestuário enfrentou muitas dificuldades em 2011 quando diversas empresas viram suas vendas perderem espaço para concorrentes internacionais e as exportações foram difíceis devido ao câmbio. Esses fatores levaram a perda de competitividade e a redução da capacidade de gerar empregos.

Nas duas últimas semanas do ano novas promessas foram apresentadas pelo governo brasileiro, entre elas a mudança na forma de tributação dos produtos oriundos do exterior. Este relatório visa elucidar ao empresário do segmento se esta é a solução para os atuais problemas e qual a efetiva importância para o vestuário brasileiro.

O QUE O VESTUÁRIO ENFRENTOU EM 2011

No Brasil muito se falou no risco da desindustrialização, reflexo da diminuição da capacidade de geração de emprego e na perda de competitividade da indústria têxtil e do vestuário brasileiro.

Notou-se ainda o crescimento da concorrência agressiva de produtos internacionais têxteis e do vestuário frente aos produzidos no País. Outros aspectos também impactaram na competitividade do setor, como é o caso dos problemas de infraestrutura que elevam os custos de transportes das mercadorias. Deve-se também mencionar o impacto negativo das questões tributárias e a atual política cambial. A valorização do real tem permitido que as empresas varejistas importem produtos do vestuário.

A variação do preço do algodão impactou negativamente nos custos de matéria-prima do vestuário, dificultando ainda mais a capacidade de concorrer com os produtos de origem internacional. Os juros altos afetaram o acesso a recursos para giro e investimento das empresas brasileiras do setor e reduziram a capacidade de consumo e de endividamento das empresas o que levou a menores investimentos.

A maior colaboração ao empresário do vestuário foi o comportamento do consumo interno que se mostrou aquecido, entretanto parte dessa demanda tem sido atendida pela indústria internacional.

Por outro lado, o cenário macroeconômico internacional se deteriorou substancialmente nos últimos meses. Os principais blocos econômicos apresentam redução em suas previsões de crescimento e a crise demonstra que será duradoura e afetará de forma substancial o consumo em 2012. Além disso, não há certeza de que os principais bancos europeus suportem fornecer mais empréstimos a países como Grécia, Itália, França e outros países.

Esses e outros aspectos têm tirado o sono do empresário do vestuário brasileiro e têm exigido ações por parte das entidades de classe. Diversos relatórios do SIS[1] abordaram estes temas, entre eles:

- Os planos da China para o vestuário;
- O impacto dos preços do algodão no vestuário;
- Perspectivas para a indústria do vestuário em 2011;
- A conjuntura econômica para o vestuário;
- O custo Brasil;
- Risco de desindustrialização do vestuário brasileiro?;
- Impacto das medidas de governo e de turbulências do mercado sobre o vestuário brasileiro;
- Plano Brasil Maior ajuda as empresas do vestuário?;
- Os ventos que sopram no vestuário brasileiro.

Todos esses relatórios não apresentaram um cenário positivo para a indústria de vestuário em 2011 e de forma direta ou indireta reforçavam a necessidade de algumas medidas, entre elas a urgência de ações na tributação e no estímulo à competitividade das indústrias do vestuário brasileiro. Recomenda-se que esses relatórios sejam analisados de forma conjunta com os aspectos abordados nesse documento, pois permitirá a ampliação da percepção dos pontos tratados.

Em 2011 as entidades de classe pressionaram o governo brasileiro a agir, porém, até o momento, não existem perspectivas concretas. O Plano Brasil Maior destaca a importância de defender a indústria do vestuário, mas até o momento o plano não gerou medidas que apóiem a resolução dos problemas do setor.

Nas duas últimas semanas de dezembro as entidades conseguiram mais propostas do governo federal, entre elas mudança no sistema de tributação dos produtos importados. É necessário compreender o que isso significa e se é a solução para todos os problemas de competitividade do setor.

MUDANÇA DO REGIME TRIBUTÁRIO PARA A IMPORTAÇÃO

No dia 27 de dezembro, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao ser homenageado pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), comunicou que vai mudar o regime de tributação para a importação de produtos têxteis.

[1] SIS – Sistema de Inteligência Setorial do Vestuário

Atualmente o Brasil utiliza o regime denominado *ad valorem.* Significa que no imposto de importação é cobrado um percentual sobre o valor do produto. A proposta do ministro é passar os produtos têxteis para o regime *ad rem,* em que a tributação é específica para cada produto, independente de seu preço. Dessa maneira o governo brasileiro adotaria uma classificação em que cada produto teria um tributo fixo de importação, independente de seu preço de faturamento. A argumentação do ministro é que boa parte da importação de produtos têxteis e de vestuário que entram no Brasil possuem preços subfaturados.

O ministro explicou que muitos produtos têm chegado ao País com preços bem abaixo do custo de produção para sofrer uma tributação pequena. Assim a concorrência com a indústria brasileira é ilegítima e prejudicial à competitividade da indústria de vestuário brasileira que perde espaço para preços que são gerenciados irregularmente.

A informação é de que o projeto de lei já foi aprovado e depende agora da autorização da Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo brasileiro enviará uma petição à OMC para que a medida seja regulamentada. O governo espera que a organização conceda uma salvaguarda provisória em até três meses. Ou seja, se tudo correr bem, em março de 2012 o Brasil altera a forma de tributar os produtos têxteis e de vestuário importados.

OPORTUNIDADES, AMEAÇAS E ALTERNATIVAS

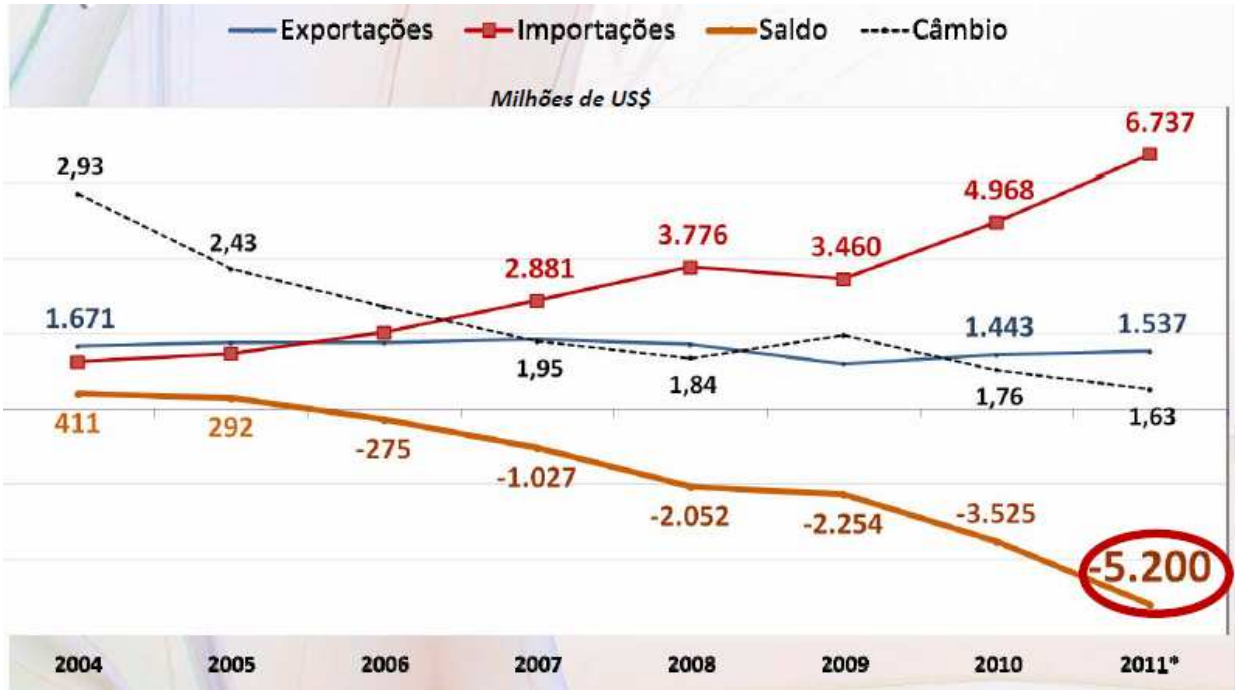
OPORTUNIDADES
Enfraquecimento da concorrência internacional;
Redução das margens oriundas de importação pelas empresas varejistas;
Proveito do bom momento de consumo das famílias brasileiras.
AMEAÇAS
Os valores atribuídos na tributação dos produtos importados podem ser inferiores aos valores médios pagos pelos produtos nacionais;
O não monitoramento/fiscalização dos produtos oriundos do exterior.
ALTERNATIVAS
Articulação dos empresários por alterações na política macroeconômica nacional;
Investimentos na elevação de fatores competitivos internos da empresa;
Articulação para conquista de vantagens competitivas especificamente para o segmento.

ANÁLISE DA PROPOSTA

Em outubro, o SIS publicou o relatório "Os ventos que sopram no vestuário brasileiro". Entre outras coisas, o documento demonstrou que o desempenho da indústria têxtil e de

confecção em 2011 estava pior que os apontados na crise 2008/2009. O relatório apontou ainda que a indústria do vestuário registrou perda de produção e, em contrapartida, as importações já haviam crescido 40,97% até julho. O comércio de vestuário no varejo tem crescido. Até julho de 2011 o varejo brasileiro cresceu 6,7%.

Os dados apresentados no gráfico a seguir reforçam a percepção que a importação de produtos do vestuário tem crescido muito. Com o constante crescimento do varejo, a perda de produção da indústria do vestuário brasileiro e o aumento significativo da importação, conclui-se que os produtos internacionais têm abocanhado parte importante do mercado nacional.



Balança Comercial Brasileira do Setor Têxtil e de Confecção.
Fonte: MDIC/ALICEWEB

Em encontro com representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), no dia 22 de dezembro, o presidente da ABIT, Aguinaldo Diniz Filho, disse que o setor deve encerrar o ano com queda de 10% em seu faturamento, que a balança comercial poderá alcançar um déficit de U$ 4,8 bilhões, além de um saldo negativo de 20 mil empregos ao longo do ano.

Esses aspectos evidenciam ainda mais a importância de promover ações para salvaguardar a indústria nacional frente à atuação irregular dos produtos importados. A mudança no regime tributário é com certeza uma iniciativa relevante do governo brasileiro, porém muitos outros aspectos precisam ser levados em consideração. Dependerá dos valores propostos para cada produto e se os mesmos forem altos demais a OMC será contrária à mudança no regime tributário. O Brasil deve definir um valor devidamente adequado para a realidade global.

Por outro lado, a alteração na tributação poderá estimular as empresas varejistas a adquirirem seus produtos no País já que terão redução de suas margens nos produtos oriundos de importações.

É também importante compreender que a mudança no regime tributário gerará acréscimo na arrecadação de impostos pelo governo federal. É necessário então que o governo utilize esse aumento para apoiar a indústria do vestuário nacional com outras medidas que se fazem necessárias, como desonerar mais a indústria têxtil e de vestuário, reduzindo seus encargos e ações de estímulo aos investimentos no setor, monitorar de forma adequada as entradas no Brasil dos produtos de vestuário de origem internacional, que muitas vezes entram de forma ilegal e aumentar o controle sobre a qualidade técnica das mercadorias. Nesse sentido, o Brasil precisa desenvolver normas e certificações que apoiem a qualidade do produto nacional e defina parâmetros para a entrada de produtos internacionais.

Faz-se necessário ainda que o Plano Brasil Maior regulamente as propostas desenvolvidas para o vestuário já que define o setor como uma atividade econômica relevante para o País, principalmente por sua capacidade de geração de empregos. Assim, é preciso o desenvolvimento de uma abrangente política de apoio à competitividade para o vestuário capaz de estimular melhoria na performance industrial, comercial e de inovação, propiciando agregação de valor e o fomento à exportação com diferencial competitivo.

FONTE

AGÊNCIA BRASIL. **Fazenda estuda mudanças no regime de tributação para importação de têxteis.** *Jornal Brasil on-line*, 28. dez. 2011. Disponível em: http://www.jornalbrasil.com.br/interna.php?autonum=33233. Acesso em: 28. dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. **Comportamento da Balança Comercial Brasileira do Vestuário.** Disponível em: http://www.abit.org.br/site/navegacao.asp?id_menu=8&id_sub=26&idioma=PT. Acesso em: 04. abr. 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. **Em reunião, ABIT e MDIC discutem crise no setor**. Disponível em: http://abit.org.br/site/noticia_detalhe.asp?controle=2&id_menu=20&idioma=PT&id_noticia=3670&tipo=2&#ancora. Acesso em 28. dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. **Ministro da Fazenda recebe Medalha da ABIT e anuncia medida para o setor**. Disponível em: http://abit.org.br/site/noticia_detalhe.asp?controle=2&id_menu=20&idioma=PT&id_noticia=3675&#ancora. Acesso em 28. dez. 2011.

HOFFMANN, Maria G. S.T. **Os ventos que sopram no vestuário brasileiro**. Disponível em: http://sis.sebrae-sc.com.br/sis/pages/home.do;jsessionid=2979C34E39256FD69F6EB9C229A2F7A3?metodo=MostrarHomeGeral. Acesso em: 28. dez. 2011.

LEOPOLDO, Ricardo**. Mantega: tarifa para importação de têxteis visa emprego**. *Revista Istoé Dinheiro*, 27. dez. 2011. Disponível em:

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/76079_MANTEGA+TARIFA+PARA+IMPORTACAO+DE+TEXTEIS+VISA+EMPREGO. Acesso em: 28. dez. 2011.

MACHADO, Tainara. **Mantega diz que governo mudará regime de tributação de importados**. *Sindifisco Nacional*, 27. Dez. 2011. Disponível em: http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15633%3Amantega-diz-que-governo-mudara-regime-de-tributacao-de-importados&catid=45%3Ana-midia&Itemid=73&lang=pt. Acesso em: 28. dez. 2011.